

APROV O NA, SESSÃO

L) E
o E 1z
ussão & loa
Presidente

*Parecer ao Projeto de Decreto Legislativo
010/2016, de autoria do vereador Israel P
Barros, que concede o título de 'Cidadã Honora
Ilma. Sra. Irenilde Soares Barata, e dá
providências*

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo apresentado pelo vereador Israel P
Barros, que objetiva a concessão da comenda "Cidadã Honorária" à Ilma. Sra. Irenilde Soares R
em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pela mesma ao município de Parauapebas.

Da justificativa externada pelo autor para a proposição, evidencia-se o reconhecimento
relevância da atuação da homenageada nesta comarca, com destaque para o envolvimento co
questões sociais do município, bem assim, sua presença pioneira em Parauapebas, com destaque
áreas da educação e do direito.

O texto foi encaminhado à Procuradoria Geral Legislativa, nos moldes do que determi
artigo 181-B do Regimento Interno da Câmara, chegando a esta Comissão Permanente de Justi
Redação devidamente acompanhado do Parecer Jurídico Prévio nº 134/2016, que opinou
legalidade e constitucionalidade da proposição.

É o relatório. Passa-se a opinar.

II — VOTO DO(A) RELATOR(A)

Considerando que o projeto de decreto legislativo em apreço foi previamente analisado p
Procuradoria Geral Legislativa, desaguando no Parecer Jurídico Prévio nº 134/2016, este(a) Relator
opta por acatar, na íntegra, o disposto no aludido parecer e, portanto, toma como razões para em,
posicionamento favorável desta Comissão à proposição em comento as manifestações de fato e

PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

direito externadas no referido parecer.

Assim, sob os aspectos que competem à análise da Comissão Permanente de Justiça e Redação, nos moldes do artigo 52 do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa-se que a técnica legislativa e a observância estrita do procedimento legal — material e adjetivo — outorgam à proposição em comento a necessária regularidade. Outrossim, também reputam-se demonstradas a legalidade e a constitucionalidade do texto, bem como sua pertinência gramatical e lógica.

Ante o exposto, opina-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n² 010/2016, por ser constitucional, legal e juridicamente viável.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2016.



Vereador Relator

PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Parauapebas, em reunião de de dezembro de 2016, OPINOU PELA APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2016.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores **Eliene Soares Sousa da Silva**, Euzébio Rodrigues dos Santos e **Luzinete Rosa Batista**.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2016.

Luzinete Rosa Batista
Presidente da CPJR

Eliene Soares Sousa da Silva

Euzébio Rodrigues dos Santos
Membro da Comissão

Câmara Municipal de Parauapebas-PA
de 06/12/16
Presidente
1º Secretário
2º Secretário